

Tabela 1 – Função Segurança Pública por programas – 2012

Programas (Cód./Desc.)	Autorizado	Empenhado	Liquidado (subelemento)	RP Pago	Liquid./autoriz.
0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	9.000.000	1.523.000	786.042	6.314.292	8,7%
0661 - AFRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	0	0	0	393.125	
0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	25.000.000	6.377.680	45.683	36.702.650	0,2%
0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	23.000.000	5.122.594	348.571	17.212.560	1,5%
0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	0	0	0	180.515	
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	51.355.885	
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	139.840.000	25.752.832	0	22.841.781	
1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	304.085.570	178.678.713	94.936.746	177.021.300	31,2%
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	0	0	0	31.622.739	
1164 - PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	0	0	0	34.907	
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	4.500.000	0	0	9.817.449	
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	0	0	0	14.783.828	
1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	0	0	0	58.554	
1453 - PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI	0	0	0	45.722.554	
2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	680.843.650	128.063	8.345	0	0,0%
2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3.667.560.232	386.102.814	196.823.463	0	5,4%
2101 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	396.468.793	116.189.812	104.563.919	0	26,4%
2112 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4.725.784.047	1.459.152.337	1.389.335.401	0	29,4%
TOTAL	9.976.082.292	2.179.027.844	1.786.848.170	414.062.138	17,9%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: Inesc – atualização em 3 de maio de 2012.

Tabela 2 – 1453 – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI – Por Ação – 2012

Ação (Cód./Desc.)	Autorizado	Empenhado	Liquidado (subelemento)	RP Pago	%
00CA - CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS E CARCERÁRIOS, GUARDAS MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA, PERTENCENTES AOS ESTADOS-MEMBROS	0,00	0,00	0,00	23.622.029	51,7%
20EV - NÃO INFORMADO	0,00	0,00	0,00	1.861.720	4,1%
8375 - CAMPANHA DO DESARMAMENTO	0,00	0,00	0,00	100	0,0%
8853 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	3.964.375	8,7%
8854 - GESTÃO E COMUNICAÇÃO DO PRONASCI	0,00	0,00	0,00	1.670.876	3,7%
8855 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	701.192	1,5%
8856 - MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	0,00	0,00	0,00	7.087.250	15,5%
8857 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	0,00	0,00	0,00	4.261.277	9,3%
8858 - VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	2.553.734	5,6%
TOTAL	0,00	0,00	0,00	45.722.554	100,0%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: Inesc – atualização em 9 de maio de 2012.

Tabela 3 – Projetos selecionados em execução em 2012*

Ação (Cód./Desc.)	PI	Autorizado	Empenhado	Liquidado (subelemento)	RP Pago	Liquid./Autoriz.
00CA - CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS	CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS	304.190.000	135.833.333	82.799.019	23.622.029	27,22%
8857 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	MULHERES DA PAZ	2.063.100	2.063.100	855.550	271.546	41,47%
8857 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA	0	0	0	903.550	
8857 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	PROTEJO - JOVEM CIDADÃO	1.442.900	1.442.900	655.541	200.942	45,43%
8857 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	APOIO AO DESENV. DE NUCL. DE ENFRENT. AO TRÁFICO DE PESSOAS	0	0	0	1.171.422	

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: Inesc – atualização em 9 de maio de 2012.

* A coluna de restos a pagar (RP Pago) se refere à execução de recursos do Pronasci de anos anteriores.

Selo FSC



Realização



www.inesc.org.br



www.cfemea.org.br

Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

SCS, QD 01, Bloco L, Nr 17, Cobertura - Ed. Marcia, Brasília/DF - CEP: 70307-900

E-mail: protocoloinesc@inesc.org.br - Telefone: (61) 3212-0200 - Fax: (61) 3212-0216

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)

SCS, Quadra 2, Bloco C, Ed. Goiás, Sala 602 - Brasília - DF - CEP 70317-900

E-mail: cfemea@cfemea.org.br - Telefone: (61) 3224-1791 - Fax: (61) 3224-1791

Maio de 2012

Apoio



PRONASCI

O abandono sem revisão

APRESENTAÇÃO

A partir de 2007, quando o Parlamento brasileiro promulgou a Lei nº 11.530/2007, que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a política de segurança pública assumiu novos parâmetros. Tal mudança se deu principalmente devido a alguns fatores, tais como: I) pela primeira vez, o governo federal criou um programa nacional com o objetivo de combater a violência em parceria com os entes federativos; II) a redução de homicídios é colocada como ponto central da ação do Estado; III) o respeito aos direitos humanos pelos agentes de segurança é diretriz essencial do novo programa; IV) a violência contra as mulheres é considerada uma prioridade para a ação governamental e V) o combate aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural constitui-se em diretriz dessa política.

Durante os quatro anos que se seguiram, foi possível detectar o distanciamento do Pronasci com relação às diretrizes propostas pela lei que o criou. Apesar de persistir numa nova interlocução com estados e municípios, o governo federal não conseguiu levar a cabo as ações e os projetos previstos e não obteve êxito na mudança da realidade da violência letal: não houve redução significativa das taxas de homicídios. Do ponto de vista orçamentário, a ação de concessão de Bolsa-Formação aos agentes de segurança predominou durante todo o período sem promover as mudanças previstas na formação dos agentes de segurança. Tornou-se complementação salarial.

Com o advento do novo Plano Plurianual (PPA 2012-2015), novos desafios se apresentam. No governo Dilma, o Pronasci deixa de ser o carro-chefe da política de segurança pública, como foi no governo Lula. Desde 2011, os recursos para o programa declinam, novas prioridades são definidas, o combate à violência letal é deixado a cargo dos estados e as ações de combate à violência contra as mulheres e a população negra são relativizadas como questão de segurança pública.

No texto que segue, pretende-se jogar luz sobre os novos parâmetros para a política de segurança pública trazidos pelo novo PPA e a sua consequente estrutura, condicionando a forma de controle social sobre as ações governamentais nesta área. É importante ressaltar que os dados demonstram que o problema da violência aumenta e a resposta do governo diminui.

Aumenta a violência contra as mulheres e contra a população negra¹

- 2000/2010 – em 2000, a taxa de homicídios era de 26,7 e, em 2010, era de 26,2 por 100 mil habitantes.
- Em 2006, morreram proporcionalmente 82,7% mais negros do que brancos.
- Em 2010, morreram proporcionalmente por homicídio 139% mais negros/as do que brancos/as.
- Os homicídios são responsáveis por 38,6% de todas as mortes de jovens em 2010; na população não jovem, a proporção é de 2,9%.

Gráfico 1 – Evolução das taxas de homicídio femininos (em 100 mil mulheres). Brasil, 1980/2010*



Fonte: SINASC/IBGE* 2010. Dados preliminares.

Governo Dilma muda a estratégia política com relação à segurança pública

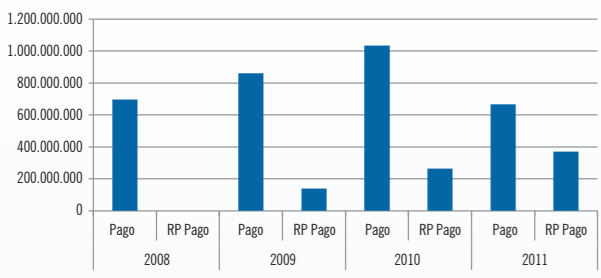
Pelas observações feitas em estudos anteriores com relação à execução de recursos,² pode-se dizer que, a partir de 2011, houve uma inflexão na prioridade conferida ao Pronasci dentro da estratégia até então levada a cabo pelo governo. Há que se considerar também que no primeiro ano do governo Dilma foi realizado um dos maiores contingenciamentos efetivados pelo governo federal (R\$ 50 bilhões). Este arrocho fiscal contribuiu para que, em geral, os gastos do governo em 2011 fossem abaixo da média.³

1 Veja Mapa da Violência 2012. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil, Julio Jacobo Waiselfisz, Instituto Sangari, São Paulo, 2011.

2 Para mais esclarecimentos sobre os conceitos utilizados com relação à execução orçamentária, consulte o texto: "Segurança Pública com Cidadania: Uma análise orçamentária do Pronasci", disponível em: <http://racismo.inesc.org.br/racismo/seguranca_pub.php>.

3 Veja a Nota Técnica nº 177 de 2012: "O governo Dilma executou a política fiscal em 2011 com o pé no freio", disponível em: <www.inesc.org.br>.

Gráfico 2 – Desemboço financeiro do Pronasci – R\$ 1,00 – valores nominais



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Elaboração: MEC

A autonomia do planejamento com relação ao orçamento dificulta o controle social

A nova estrutura do PPA está formatada a partir de **programas temáticos**. A cada programa correspondem **objetivos** específicos, que o governo busca alcançar mediante um conjunto de **iniciativas** a partir das quais se pretende atingir várias **metas** até 2015. Para monitorar este processo, cada programa temático dispõe de uma série de **indicadores** gerais. Apesar de permitir o conhecimento do planejamento interno de governo, com essa nova estrutura perdeu-se a conexão das orientações do PPA com a Lei Orçamentária. As ações orçamentárias — que, até então, eram responsáveis pela ligação entre o PPA e a LOA — foram desvinculadas, o que dificulta muito o controle social sobre os gastos públicos (veja o quadro).

A partir deste ano, a política de segurança está expressa no Programa de Segurança Pública com Cidadania (2070), em vez de estar

nos quinze programas que existiam até 2011. Outro programa na área do apoio administrativo e de pessoal, que prevê recursos para a política de segurança, é o de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça (2112). Com essa estrutura, existe a possibilidade de saber separadamente os recursos destinados às ações finalísticas e às ações de manutenção da máquina pública.

O Programa de Segurança Pública com Cidadania tem novos indicadores, que consideram as questões de gênero e raça

No PPA 2008-2011, o Pronasci propunha um indicador de resultado para o programa como um todo. A redução da taxa de homicídios era o único parâmetro para demonstrar o sucesso do programa. No novo PPA existem avanços, na medida em que sete novos indicadores são propostos, além da taxa de homicídios. Agora, no planejamento, há o reconhecimento de que a violência no País é estruturada pelas variáveis de gênero e de raça. Os indicadores são:

- Déficit de vagas no Sistema Prisional e Criminal;
- Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais;
- População carcerária;
- Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde mora;
- Taxa de homicídio;
- Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos;
- Taxa de homicídio de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino.

Metas pouco precisas dificultam o monitoramento na perspectiva da efetivação de direitos

No PPA2012-2015, há metas muito genéricas relacionadas ao Programa de Segurança Pública com Cidadania, o que dificulta o monitoramento e a avaliação na perspectiva dos movimentos sociais, aos quais interessa saber como as políticas públicas estão respondendo ao direito das pessoas à vida livre de violências.

Em alguns casos, é quase impossível a aferição das metas. Por exemplo: implantação da filosofia de polícia comunitária nas 27 unidades da Federação. Como é que se afere o cumprimento dessa meta? É difícil... mas ainda que se encontrasse uma maneira de fazer isso, o que importaria? O que realmente importa é a garantia dos benefícios que a comunidade recebe com a nova filosofia. De igual forma, importam os direitos exercitados pela comunidade a partir da implantação dessa filosofia.

Outro problema com as metas é que muitas não dizem aonde querem chegar: são falsas metas. Por exemplo, há uma meta de reduzir os índices de letalidade da atuação dos agentes de segurança pública. Sem propor parâmetros para esta redução, ficará difícil saber se a política de segurança pública está cumprindo seus objetivos. Noutras palavras, se chegarmos a 2015 e a taxa de letalidade tiver caído 0,0001%, burocraticamente vai-se poder dizer que a meta terá sido cumprida, mas politicamente este resultado significará que a barbaridade continuou.

É impossível entender: a redução de homicídios de jovens negros é meta do Programa de Igualdade Racial e não da Segurança Pública

É no programa (2032) “Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial”, sob a responsabilidade da Seppir, que se apresenta o objetivo (778) *de estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida*. Tal objetivo se desenvolve mediante um conjunto de três iniciativas para apoiar e acompanhar políticas nas áreas de: (I) saúde/mortalidade materna; (II) crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social; e (III) mulheres negras em situação de violência. Desta forma, pretende-se alcançar, até 2015, as metas imprecisas (contudo, muito relevantes) de “reduzir as mortes por homicídio na juventude negra” e reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras. Neste caso, “reduzir” implica inverter a tendência contínua de crescimento dos homicídios e das mortes maternas entre a população negra.

Ainda é insuficiente o enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres na segurança pública

O Pronasci avançou ao reconhecer que o combate à violência contra as mulheres e ao racismo deve ser feito pelas forças de segurança pública. Mas, por outro lado, o atual PPA prevê apenas duas iniciativas para lidar como problema (veja o quadro a seguir) e, ainda assim, sem se comprometer com nenhuma meta. A única meta relacionada às mulheres é de aumento do número de presídios femininos. Em relação ao racismo institucional, embora a menção ao problema em uma das iniciativas do programa (04AI, veja o quadro) represente um avanço, ressalta-se que o desenvolvimento da referida iniciativa se dará por ação não orçamentária, o que evidencia a fragilidade da decisão política adotada. Como no caso da violência contra as mulheres, em relação ao racismo institucional também não foi fixada nenhuma meta a ser alcançada até 2015.

As mudanças operadas no programa de segurança pública, embora absorvam em alguma medida demandas do movimento de mulheres e do movimento negro em luta contra a violência, revelam a resistência persistente da segurança pública em lidar com as dimensões sexista e racista do problema. Tanto a ausência de objetivos específicos a este respeito (como a ausência de metas e a não alocação de recursos orçamentários) quanto a insuficiência de recursos evidenciam essa resistência.

Destacamos ainda o deslocamento de algumas ações do Pronasci para o Programa de Políticas para as Mulheres, Enfrentamento à Violência e Autonomia, desenvolvido pela SPM, e para o Programa Cidadania e Justiça, a cargo do Ministério da Justiça.

É objetivo do Programa Cidadania e Justiça *tornar o Sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático*. Uma das iniciativas neste sentido está voltada ao desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à cidadania e à justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos. É nesse bojo que aparece como meta o item: *apoiar e instituir equipamentos públicos de efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça*. O orçamento de 2012 autorizou R\$ 12,7 milhões para as ações concernentes ao referido objetivo. Contudo, até o final de maio, apenas 1,83% desse montante havia sido empenhado.

O Ministério da Justiça (MJ), comparado com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), tem uma estrutura muito maior, especialmente em termos de recursos humanos, para administrar os convênios e promover as articulações institucionais necessárias com os organismos de segurança nos vários estados para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Afinal, o MJ é o órgão responsável em âmbito federal pela área de segurança pública.

Objetivos com Metas Específicas para as Mulheres (PPA 2012-2015) – Programa 2070

OBJETIVOS	METAS E INICIATIVAS
0831 – Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminoso, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.	Metas: <p>Aumentar o numero de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.</p> Iniciativas: <p>03E5 – Contribuir para a manutenção das Casas-Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e à ampliação do atendimento às mulheres nesta situação.</p>
0834 – Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	Metas: <p>Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura.</p> Iniciativas: <p>Promover Programas de Combate ao Racismo Institucional nas corporações de segurança pública e fortalecer a abordagem da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.</p>

Fonte: PPA 2012 – 2015. Elaboração: CFEMEA.

Apesar disso, as iniciativas voltadas ao atendimento às mulheres em situação de violência, à implementação da Segurança Cidadã, ao fortalecimento do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e à formação de operadores do Direito (objetivos 0998, 0999 e 1000 do PPA 2012-2015) estão todas contidas no programa da SPM. As ações orçamentárias correspondentes são a 6812 – *Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres*, com R\$ 2,9 milhões autorizados no Orçamento de 2012; 2C52 – *Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência*, com R\$ 37 milhões; 8831 – *Central de Atendimento 180*, com R\$ 7,2 milhões; e o *Apoio às Iniciativas de Prevenção à Violência*, com R\$ 2,8 milhões.

Orçamento da Segurança Pública para 2012

A tabela 1 fornece informações da configuração atual da política de segurança pública com base nos parâmetros do novo PPA. Vários programas existentes até 2011 não apresentam recursos autorizados para 2012 e executam somente restos a pagar de anos anteriores. Alguns deles foram transformados em ações e fazem parte de novos programas criados a partir deste ano ou, então, o que era ação

anteriormente se apresenta agora como programa. Este é o caso do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, que congrega todas as atividades-meio do órgão.

É importante ressaltar que, dos quase R\$ 10 bilhões alocados para a função segurança pública em 2012, mais de R\$ 8 bilhões estão previstos para que sejam gastos em dois programas: Programa de Segurança Pública com Cidadania e Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) só executou o orçamento em restos a pagar

O Pronasci, em 2012, só executou os restos a pagar de anos anteriores. Não poderia ser diferente, pois, o Pronasci como programa não existe mais. Neste ano ele está quitando compromissos assumidos anteriormente. (Veja Tabela 2)

Nas análises realizadas no período anterior foram selecionadas algumas ações e projetos que mais revelavam as mudanças que o Pronasci trazia principalmente as relativas aos direitos humanos, à questão racial e de gênero. O novo Programa de Segurança Pública com Cidadania exclui várias dessas ações importantes para o combate à violência contra as mulheres e ao racismo.

VEJA O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM ALGUMAS AÇÕES NO NOVO PROGRAMA:

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: sem recursos previstos para a ação

Ainda que esta linha de atuação permaneça com metas e iniciativas específicas na amplitude do Programa de Segurança Pública com Cidadania, no âmbito do PPA, o Orçamento de 2012 não conta com nenhum recurso previsto para esta ação.

Construção de Presídios Especiais (femininos): é uma meta sem recursos

Consta do PPA a meta de aumentar o número de presídios femininos. No entanto, as duas iniciativas relativas a esta questão se referem a “contribuir para a manutenção das Casas-Abrigo” e à estruturação da política voltada à efetivação dos direitos das mulheres encarceradas. Ambas não têm recursos previstos no Orçamento de 2012.

Projeto Farol: não consta do rol de ações do novo programa

Embora esteja prevista no antigo PPA e conte com recursos alocados nas leis orçamentárias do período, esta ação – dirigida exclusivamente aos jovens negros – não se tornou efetiva. Em 2012, o projeto não consta do rol de ações que integram o programa de segurança pública.

Projeto Reserva Cidadão: não se tornou realidade

Esta também é uma ação que não conseguiu sair do papel no período anterior e agora não está prevista na Lei Orçamentária de 2012.

Efetivação da Lei Maria da Penha: não é mais problema da segurança pública

Este projeto só aparece na execução do Pronasci em 2012, com despesas pagas em **restos a pagar**. Apesar de ter sempre apresentado um baixo desempenho, aquém das necessidades que o problema requer, sua supressão do novo programa é preocupante. A Lei Maria da Penha ainda encontra muitas dificuldades para se efetivar, de modo a enfrentar a crescente onda de violência contra as mulheres. Pelo que foi dito anteriormente, este projeto migrou para o Programa de Justiça e Cidadania.

Concessão de Bolsa-Formação: recursos reduzidos a menos da metade

Como se pode ver na Tabela 3, esta é uma linha de ação que continua sendo executada, ainda que com menos vigor. Conforme foi concebida, ela é uma proposta de incentivo financeiro que buscava o aperfeiçoamento da capacidade de ação dos policiais, na medida em que vinculava o recebimento da bolsa à frequência em cursos de formação à distância, com ênfase em direitos humanos. Como já constatado, houve uma distorção na sua implementação, o que

transformou a iniciativa em mera complementação salarial. Esta ação se mostrou completamente ineficaz para a redução dos homicídios no País e absorveu a maior parte dos recursos do Pronasci ao longo da sua existência. Atualmente, a bolsa já não tem a mesma abrangência. Os recursos autorizados no Orçamento de 2012 (R\$ 304 milhões) correspondem a praticamente a metade do que havia no ano passado (R\$ 600 milhões). Somente em 2008, primeiro ano de execução do Pronasci, esta ação apresentou recursos inferiores aos de 2012.

Valorização de Profissionais de Segurança e Operadores de Direito: não existem ações para o aperfeiçoamento do serviço prestado à sociedade

No novo PPA, há um objetivo que trata da formação, capacitação e valorização dos profissionais de segurança. A única iniciativa relacionada a este objetivo prevê a realização de processos de educação continuada para estes profissionais, com ênfase na promoção dos direitos humanos relativos aos próprios profissionais, mas não com relação ao respeito aos direitos humanos no exercício da atividade policial. No Orçamento de 2012, não se percebe a realização de ações para incluir os direitos humanos na formação dos profissionais no sentido de aperfeiçoamento do serviço oferecido à população: a segurança cidadã.

Mulheres da Paz: a iniciativa não protege as mulheres, mas continua em execução

Apesar de ter suscitado grandes polêmicas quando da sua criação, este projeto apresenta despesas pagas em **restos a pagar** e faz parte do novo Programa de Segurança Pública com Cidadania. Sua concepção vai de encontro às necessidades das mulheres, que precisam ser protegidas em seus direitos. Antes de receberem incentivos para cuidar dos jovens em situação de risco, elas deveriam receber apoio governamental para se defender da violência constante a que estão submetidas, principalmente quem vive em áreas que apresentam elevados índices de criminalidade. Dos mais de R\$ 2 milhões autorizados para que sejam gastos em 2012, 41,47% já foram executados.

Protejo – Jovem Cidadão: continua articulado com Mulheres da Paz

Este também é um projeto que prevê incentivo financeiro e que terá continuidade no novo programa em 2012, com previsão de gastos de R\$ 1,44 milhão, dos quais já foram executados 45,43%. Pela concepção e pelo desenho do projeto, o jovem de áreas com altas taxas de violência recebe uma bolsa para participar de atividades promovidas pelos governos, para estudar e se manter longe do crime. Segundo o previsto, este projeto deverá ser articulado com *Mulheres da Paz*. O jovem atraído pelas mulheres deverá receber este apoio.